

ATA 71/2024

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, se reuniram através da plataforma google meeting, pelo link <https://meet.google.com/xnd-fyjw-tta>, os integrantes do Fórum dos Conselhos para plenária ordinária, sendo, Rafael Lopes (CMD), Telmo José Silva, Leny Camargo Fisch, Loreni Maria Rosa Peeira, (CMDCI), Vanessa Stibel da Silva (CMPC), Camila Dutra (CMDCA), Jeferson Mendes, Coordenador Políticas Públicas da Igualdade Racial, Claudinei Santos Padilha (CMPCD), Neli Silveira – Coordenador Políticas Públicas das Pessoas com Deficiência, Julio Cezar Gomes Silva (COMEN), Claudete Schneider (CONSEA), além dos integrantes do Fórum, estavam presentes Gabriela Prusch e Lucimara Azambuja (Casa dos Conselhos). O coordenador Rafael dá boas-vindas a todos e todas imediatamente seguindo para as deliberações dos assuntos. Pauta: 1. Votação da ata nº 70/2024; 2. Transporte Público Coletivo (considerações e avaliações); 3. Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência; 4. Importância de capacitação contínua para Conselheiros; 5. Comitê Evesca: a) Apresentação do Comitê; b) Avaliação Seminário Evesca; 6. Debate sobre a catástrofe, seus reflexos nos Conselhos e ações a serem cobradas do poder público; 7. Lei Aldir Blanc 2; 8. Curso Técnico em Música; 9. Eleição do CMPC; **10. Assuntos gerais.** 1. Votação da ata nº 70/2024: A ata foi aprovada pelos Representantes dos Conselhos presentes após ajustes. 2. Transporte Público Coletivo: Houve relatos de pessoas informando a redução de horários, sendo prejudicial a todos. Alguns acham necessário a conscientização dos usuários no tocante ao uso de mochila e bolsas grandes. Gabriela é usuária dos transportes coletivos e muitas vezes chega atrasada no trabalho por falta de cumprimento nos horários das linhas, grande rotatividade de motoristas nos itinerários. Anteriormente os motoristas conheciam os usuários e eram mais cuidadosos com as pessoas. Recentemente um deles fechou a porta do veículo no braço do seu filho pequeno. Torna-se importante a capacitação dos motoristas para o atendimento ao público. Claudete, sugere unir forças com a Câmara de Vereadores na CPI dos transportes públicos. Rafael questiona os representantes de cada conselho informando que suas demandas relacionadas ao transporte público deverão ser trazidas para discussão no Fórum. Segundo Lucimara não foram realizados os testes de acessibilidade no aplicativo mixmob para pessoas com deficiência visual, tanto pela Prefeitura, quanto pela Comur ou empresa, responsável pelo transporte. Claudinei diz que na Adevis chegam várias reclamações. Josias é usuário do transporte público e relata que os horários são irregulares e que os motoristas também não estão haptos a operarem o equipamento de embarque dos cadeirantes. Questiona se foram encaminhadas essas questões à empresa. Vanessa, sugere fazer várias frentes, tais como: Uma junto a CPI, trazendo relatos, com iniciativa do Fórum dos Conselhos. Junto a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, junto a Comur e também junto a empresa Santa Clara, reforçando a falta de conscientização, além de juntar a CPI. Neli, solicita que o Fórum encaminhe a coordenação das Pessoas com Deficiência, no sentido de ações, solicitando essa questão com expedição de ofício. Rafael diz que falta capacitação dos motoristas. A Comur, deve informação e capacitação para uso do APP. Tem no Município usuários de transporte de vários segmentos (idoso, mulher, criança e pessoa com

deficiência). Claudinei é usuário de ônibus com baixa visão e narra que os carros tem poucos lugares para sentar e a acessibilidade foi reduzida. Informou que o CMPCD convocou o Diretor da empresa Santa Clara Fernando Silveira e o representante dos transportes públicos da Prefeitura, a prefeitura deve cumprir com efetividade a fiscalização do cumprimento das linhas e itinerários. Neli reforça o pedido de ofício para as coordenadorias. Claudinei questiona as dificuldades. Jeferson solicitou a CPI da Câmara de Vereadores atualização do andamento. Rafael, pedir informação das melhorias que foram implementadas. Claudinei sugere que seja confrontado os três entes, de forma presencial, para se manifestarem, do que esta sendo feito. Rafael, inicialmente precisamos tomar conhecimento do que já foi realizado, saber do contrato, a responsabilidade da Comur. Que sejam expedidos ofícios as coordenatórias sobre as demandas recebidas, com prazo para resposta de 15 dias. Câmara de Vereadores, sobre atualização do andamento da CPI. Neli sugere Plenária Extradordinária para 26.06.2024, para análise. Rafael que as coornatórias tragam as demandas junto as entidades para posteriormente ouvir os três entes, Comur, Santa Clara e Prefeitura. 3. Conferência Estadual, a última conferência Estadual, faltou organização e acessibilidade, para o público e os conferencistas, transportes, não foi cumprido horário, no segundo dia os participantes ficaram para votarem nos representantes, indagaram se o Conselho Estadual realizou questionário de avaliação, tendo delegados e outros Estados. 4.Importância da Capacitação, e atualização dos Conselhos. Foi informado que na próxima eleição será feito capacitação antes das eleições. Sendo necessária uma atualização da legislação e funcionamento do conselho, os conselheiros precisam se apropriar das regras, regimento interno, resoluções e leis para o amplo conhecimento, sendo como um livro de cabeceira. Todas as informações estão no site da prefeitura. Pensar numa capacitação dos conselheiros, para conhecimento de cada conselho, e a transição de cada conselho. Existem outros órgãos que não fazem parte do Fórum. 4. Comite, instituido em 2021, ligado a unidade UPPV desenvolver ações de prevenção a violência. Abril/2024, seminário com aproximadamente 500 participantes, 26 ou mais representantes, um marco de público e ações, 6 representantes, apresentação de proposições do comite. Feita sugestão para abordagem sobre alienação parental, já que foi revogada em outros países, está sendo sugerido por varios profissionais o uso inadequado muitas vezes por abusadores. Rafael questiona a participação de Isadora no comite IVESCA. 6. Rafael sugere a inversão da pauta. 7. Lei Aldir Blanco, é passada informações que a Lei Paulo Gustavo trouxe 2 m de edital para o Município. 11 diálogos com a sociedade civil, tem cotas para negros e pardos, indigenas e pessoas com deficiência, cultra viva, pontos de cultura um valor destinado. É questionado se existe algum projeto juvenil para desenvolver. 8. Curso técnico em musica, era oferecido pela Escola Pasqualine, para 450 jovens, que participavam da orquestra de sopro. Curso técnico profissionalizante incia em 2025. É perguntado se é o curso é aberto a comunidade ou apenas para os participantes da orquestra de sopro. Curso é aberto ao público, estão abertas as inscrições, no site da Secult. 9. Eleição do CMPC. 10. Assuntos gerais, 17.06.2024, publicaram plano de meta de enfrentamento contra violência contra mulher. Matéria para ser discutida no Fórum, visto que tem plano de meta, enfrentamento a violência, que afeta as famílias, ciranças e adolescente. Rafael sugere que os representntes dos conselhos levem ao conhecimento

para seus conselhos. 11. Debate sobre a catástrofe e seus reflexos, nos conselhos e ações adotadas. Foi informado que na cidade teve um abrigo exclusivo para mulheres em Lomba Grande, que não é do Município, em local distante de recursos, falta de informações sobre o número de mulheres que estavam convivendo com seus agressores, no mesmo ambiente, que tinham medidas protetivas ativas, alinhamento com outros setores dos órgãos públicos. Assunto a ser levado aos seus conselhos para serem retomados na próxima plenária. Construir protocolos desses atendimentos em todos os segmentos, podendo ser tratados, saúde, segurança. Anteriormente foi comite, nessa calamidade não ocorreu um comitê de gestão de crises, gerando inúmeros problemas. Importante comitê de gestão de crise. Sobre as famílias que estão retornando para suas casas, que precisam ter a reconstrução de seus lares, a segurança alimentar deveria ser do município que não esta sendo garantida, é muito preocupante essa situação. Seja cobrado do Município sobre um comitê de crise, em questões urgentes. Faltou atendimento especializado para vários segmentos, falha no funcionamento da Casa dos Conselhos. Foi esclarecido que a Casa dos Conselhos esta direcionada a SDS, frente as inúmeras dificuldades, poucos servidores, relata os procedimentos adotados, que impossibilitou, não foi decisão pessoal, ocorreram conselhos que realizaram suas Plenárias. Necessário pontuar que o estado de calamidade foi momento difícil para todos. Fase de alojamento encerrado hoje (02.03.2024), decreto desvio de função. Lembrando em fazer a discussão é válida, foram distribuida mais ou menos 18 mil cestas básicas, 3.200 pessoas abrigadas. Foi elogiado os voluntários e dedicação dos servidores, pela dedicação, não perdendo de vista os problemas e servindo de aprendizado. Foi questionado a crise de um comitê de crise permanente de forma perversiva. Procurando criar formas de minimizar outros eventos de calamidade, criando mecanismos par administrar, importante um comitê de crise, para tomada de decisões. Questão trazida por integrante da Adevis, a dimensão foi grande, a surpresa não cabe, faltou organização. Foi informado, pela Isabora, que acompanhou em diversas áreas, precisa ter políticas de Estado. Jeferson, não tem conselho da igualdade racial, trabalhou na Fenac, fez reunião organizar demandas, busca de melhores políticas permanentes com cadastro de mulheres em situação de risco, detalhes que precisam estar no mapeamento da saúde, trabalhando de forma antecipada. Precisa ser pensado em pratica de serviço permanente, inexistente plano de contingência para arroios, Rio dos Sinos, Rio Cai. O executivo precisa informatizar o sistema da população, unificando os dados e equipamentos a serem utilizados para fazer o registro, às vezes se perde por ser em papel. O comitê de crise, podendo ser usado os dados interligados, apontar as necessidades para melhorar as praticas do trabalho mais eficaz com varias ocorrências falsas. Sugestão de envio de oficio ao poder público, direitos humanos, sobre as ações adotadas no setor alimentar. Ouvir os seus conselhos.12. Rafael agradece a participação. Não havendo mais nada a tratar, encerrada a reunião as 11: 42 min, encerro a presente ata, que será por mim Leny Camargo Fisch, para ser assinada após aprovação na próxima plenária que será dia 02.08.2024.